

**Pró-Reitoria Acadêmica
Escola de Saúde e Medicina
Curso de Psicologia
Trabalho de Conclusão de Curso**

**JOGO PERIGOSO: O ABUSO SEXUAL
INTRAFAMILIAR E AS ALGEMAS DO
SILÊNCIO**

**Autora: Suzielen Gonçalves Albuquerque
Orientadora: Msc. Isabela Parente Quadrelli**

**Brasília - DF
2018**

SUZIELEN GONÇALVES ALBUQUERQUE

JOGO PERIGOSO: O ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR E AS ALGEMAS DO
SILÊNCIO

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília, como requisito parcial para obtenção dos respectivos Títulos de Psicólogas.

Orientadora: Professora Mestre Isabela Parente Quadrelli

Brasília – DF
2018



Monografia de autoria de Suzielen Gonçalves Albuquerque, intitulada “JOGO PERIGOSO: O ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR E AS ALGEMAS DO SILÊNCIO”, apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Psicóloga da Universidade Católica de Brasília, em 28 de junho de 2018, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

Profa. Msc. Isabela Parente Quadrelli
Orientadora
Universidade Católica de Brasília - UCB

Profa. Msc. Heloísa Maria de Vivo Marques
Membro da Banca
Universidade Católica de Brasília - UCB

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por acreditar em mim e permitir que esse estudo se realizasse. Agradeço por ele trazer inspiração e força para que eu pudesse alcançar essa conquista. Sem Deus nada disso seria possível.

A minha família pelo apoio e auxílio.

Aos meus amigos pelo apoio e por me impulsionar a continuar.

A minha orientadora Prof. Msc. Isabela Parente Quadrelli pela paciência e dedicação.

RESUMO

Referência: ALBUQUERQUE, Suzielen Gonçalves; QUADRELLI, Isabela Parente; **Jogo Perigoso: O abuso sexual intrafamiliar e as algemas do silêncio.** 2018. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília. Brasília. 2018.

O abuso sexual contra crianças e adolescentes e suas consequências tem tomado maior visibilidade nos últimos tempos. Apesar de toda repercussão ainda há uma barreira que precisa ser rompida: o silêncio da vítima. Compreende-se silêncio como a não elaboração da vivência abusiva, ou seja, a não verbalização do ocorrido e a impossibilidade de pensá-lo. Isso ocorre porque o ato abusivo comporta um tipo de proibição, implícita ou explícita, de comentá-lo. O abuso sexual refere-se à dominação do maior em relação ao menor, do que possui mais recursos em relação ao mais frágil, obrigando este último a satisfazer suas vontades sexuais. O abuso pode ser intrafamiliar ou extrafamiliar. Contudo, o presente estudo delimitou-se a investigação do abuso sexual intrafamiliar. Trata-se de uma relação incestuosa, cuja classificação também abrange pessoas que não possuem consanguinidade com a vítima, mas desempenham um papel parental. A referida dinâmica dificulta a revelação por envolver pessoas próximas à criança, às quais a mesma pode direcionar confiança e afeto. Para que o abuso intrafamiliar perdure é necessária a coparticipação de outros membros da família, ainda que essa cumplicidade não seja totalmente consciente. Dessa forma, a revelação pode significar a dissociação da criança daquele grupo familiar. Todavia, quando a vítima não tem a oportunidade de falar sobre o que aconteceu, fica fadada a adaptar-se e achar um meio de sobreviver ao abuso, sem a possibilidade de enfrentamento e de redução dos danos. Sendo assim, este estudo objetivou discutir aspectos sociais e individuais e os impactos do silenciamento do abuso sexual intrafamiliar com crianças, partindo da análise do filme *Jogo Perigoso (Gerald's Game)*, adaptação da obra literária de Stephen King. O filme foi explorado segundo a análise de conteúdo de Bardin, a qual gerou quatro categorias. Na categoria algemas foram abordadas as questões psicossociais e os fatores mantenedores da dinâmica abusiva. A categoria silêncio agrupa conteúdos relacionados à dificuldade de reconhecer o abuso sexual como tal e questões que impedem a vítima de entrar em contato com a vivência abusiva de forma que a verbalização e até mesmo o pensar no ocorrido não se torna possível. A categoria escuridão refere-se a aspectos do abuso em si, à infância escurecida pelo ato abusivo. A sobrevivência trata-se do enfrentamento da vivência abusiva, do acesso à dor e à capacidade de resignificação e resiliência. Compreende-se que a dinâmica do abuso é sustentada por múltiplos fatores que vão do âmbito social ao individual. Apesar disso, à medida que as vítimas de abuso sexual entram em contato com a situação abusiva vivenciada, apesar de acessar a dor que a lembrança pode trazer, há a oportunidade de elaboração dos fatos, de resignificar o ocorrido e de resiliência, o que colabora para uma melhor qualidade de vida e uma atenuação aos danos causados pelo abuso. Além de atuar de modo preventivo a novas situações abusivas e contribuir para a interrupção de um padrão nocivo de relacionamento.

Palavras-chave: Abuso sexual. Silêncio. Incesto.

ABSTRACT

Sexual abuse of children and adolescents and their consequences has become more visible in recent times. Despite all repercussions, there is still a barrier that needs to be broken: the silence of the victim. It is understood silence as the non-elaboration of abusive experience, that is, the non-verbalization of the event and the impossibility of thinking it. This is because the abusive act involves a kind of prohibition, implicit or explicit, to comment on it. Sexual abuse refers to the domination of the greater in relation to the minor, which has more resources compared to the more fragile, obliging the latter to satisfy their sexual desires. Abuse may be intrafamily or extrafamiliar. However, the present study delimited the investigation of intrafamily sexual abuse. It is an incestuous relationship, the classification of which also includes persons who are not in consanguinity with the victim but who play a parental role. The aforementioned dynamics hinders disclosure by involving people close to the child, to whom it can direct trust and affection. In order for intrafamily abuse to last, co-participation of other family members is necessary, even if this complicity is not fully conscious. In this way, revelation can mean the dissociation of the child from that family group. However, when the victim does not have the opportunity to talk about what has happened, she is bound to adapt and find a way to survive the abuse, without the possibility of confrontation and harm reduction. Thus, this study aimed to discuss social and individual aspects and the impacts of the silencing of intrafamily sexual abuse with children, starting with the analysis of the film *Gerald's Game*, adaptation of the literary work of Stephen King. The film was explored according to the content analysis of Bardin, which generated four categories. In the handcuffs category, the psychosocial issues and the factors that sustain the abusive dynamics were addressed. The silent category groups content related to the difficulty of recognizing sexual abuse as such and issues that prevent the victim from coming into contact with abusive living so that verbalization and even thinking about it does not become possible. The dark category refers to aspects of the abuse itself, to the child darkened by the abusive act. Survival is about coping with abusive living, access to pain, and resignification and resilience. It is understood that the dynamics of abuse are sustained by multiple factors ranging from social to individual. Nevertheless, as the victims of sexual abuse come into contact with the abusive situation experienced, despite accessing the pain that the memory can bring, there is an opportunity to elaborate the facts, to resignify the occurrence and resilience, which collaborates for a better quality of life and an alleviation to the damages caused by the abuse. In addition to acting in a preventive way to new abusive situations and contribute to the interruption of a harmful pattern of relationship.

Keywords: Sexual abuse. Silence.Incest.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 REFERENCIALTEÓRICO	09
2.1. DEFINIÇÃO DE ABUSO SEXUAL	09
2.2. ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR.....	10
2.3. AS VÍTIMAS DO ABUSO	12
2.4. CONSEQUÊNCIAS	14
2.5. SILÊNCIO	16
3 METODOLOGIA	18
3.1. O JOGO PERIGOSO	19
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
CAT 01 – ALGEMAS.....	21
CAT 02 – ESCURIDÃO	23
CAT 03 – SILÊNCIO.....	25
CAT 04 – SOBREVIVÊNCIA.....	27
5 CONSIDERAÇÕESFINAIS	29
6 REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

O abuso sexual é uma experiência traumática cujos danos afetam o desenvolvimento da criança (LIRA, 2017, p.02). Conforme apontam os dados disponibilizados pelo Ministério dos Direitos Humanos (2016), a violência sexual é a quarta violação mais denunciada no Disque 100¹, módulo crianças e adolescentes. No mesmo módulo, a violência sexual correspondeu, em 2015, a 21,3% das 80.437 denúncias. Os dados também indicam que as meninas representam 68,12% das vítimas. Os agressores são homens em 64,38%, dos casos e o local da violação em 39% das vezes, é a casa da própria vítima.

De acordo com a Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude (2006) o abuso sexual ocorre em crianças e adolescentes quando esses são usados para satisfazer desejos sexuais de outras pessoas, comumente de idade superior e em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado.

As consequências do abuso são determinadas por múltiplos fatores, tais como: a idade da vítima, a maturação físico-biológica e o tempo de prolongação do abuso. Além do despertar precoce para uma sexualidade delinquente (GABEL, 1997,p.10), a criança precisa lidar com prejuízos que se estendem até a idade adulta (LIRA, 2017, p.02). Quanto às sequelas, pode haver perda cognitiva, problemas na linguagem, masturbação excessiva, comportamento agressivo, isolamento, dentre outros. Nos quadros psicopatológicos destacam-se a depressão e o estresse pós-traumático (ROUYER, 1997).

O abuso sexual também pode ocorrer no contexto familiar, o que, segundo Sauborin (1997, p. 165), é a configuração mais difícil tanto para a vítima quanto para a intervenção profissional. Nesses casos, os papéis familiares também são afetados. Dessa forma, as sequelas podem ser maiores, principalmente no que se refere aos vínculos afetivos e sociais (BORGES; DELL' AGLIO, 2008 ROUYER, 1997).

O tema abuso sexual, atualmente tem alcançado grande visibilidade, ainda assim, os dados são espantosos. Acredita-se que os apontamentos registrados são apenas a ponta do *iceberg* de um problema cuja abrangência poderia levar a números exorbitantes, uma vez que muitas das vítimas, por serem coagidas, silenciam sobre o abuso sexual sofrido. É notório que no Brasil existem muitos estudos sobre abuso sexual. Contudo, considerando a importância da proteção à infância, a gravidade das consequências que acarretam as crianças vítimas de

¹**Disque 100**(ou Disque Direitos Humanos) é um serviço de utilidade pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). O Programa foi iniciado em 2003 e tem a finalidade precípua de receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos.

incesto e o doloroso processo das relações parentais envolvidas, o presente estudo se ateve ao que diz respeito ao abuso sexual intrafamiliar e o silenciamento das vítimas partindo da análise do filme *Jogo Perigoso* (*Gerald's Game*).

Com o objetivo de discutir aspectos sociais e individuais e os impactos do silenciamento do abuso sexual intrafamiliar contra crianças, este estudo pretende compreender os aspectos sociais que permeiam o abuso sexual, compreender as consequências do abuso sexual intrafamiliar para criança vítima, compreender o silenciamento e suas implicações à vítima e refletir sobre fatores que podem contribuir para superação da vivência abusiva. Dessa forma, colocou-se a seguinte questão de investigação: Como o silêncio do abuso sexual contra crianças no contexto intrafamiliar implica a vida das vítimas, e quais os aspectos sociais e individuais que permeiam o abuso?

De forma a responder as questões levantadas, este estudo estruturou-se da seguinte forma, no primeiro momento o abuso sexual é apresentado e conceituado, em seguida o abuso é configurado no contexto intrafamiliar, posteriormente aborda-se quem são as maiores vítimas e os maiores ofensores da referida violência a fim de compreender os fatores sociais e individuais que permeiam o abuso. As consequências são investigadas também no âmbito social e individual. Ainda no referencial teórico, explana-se o silêncio e suas implicações na vida da vítima. De seguida é clarificada a metodologia de pesquisa escolhida para essa investigação. Apresentar-se-á também a análise e discussão do filme *Jogo Perigoso* seguido das considerações finais

2 REFERENCIALTEÓRICO

2.1. DEFINIÇÃO DE ABUSO SEXUAL

A norma do artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) afirma que: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Apesar do amparo legal aos direitos e proteção da criança e do adolescente, as transgressões contra os mesmos ainda é um fator grave e com altos números de incidência. Falar de causa ainda é um assunto amplo como também multifatorial, mesmo em relação ao abuso sexual, tema do presente estudo.

Para esclarecimento da escolha do termo “abuso sexual”, leva-se em conta a contribuição de Gabel (1997, p.10) que define o abuso como “ultrapassar os limites,

transgredir”. O termo expressa a noção de dominação, onde há intencionalidade, e premeditação. A mesma autora também descreve os três níveis de disfunção que o abuso sexual abrange: “o poder exercido pelo grande (forte) sobre o pequeno (fraco), a confiança que o pequeno (dependente) tem no grande (protetor); o uso delinquente da sexualidade, ou seja, o atentado ao direito que todo indivíduo tem de propriedade sobre o seu corpo”.

Considera-se que o abuso acontece não só pelo toque físico, mas também pela exposição da criança a práticas sexuais de qualquer natureza. A cartilha elaborada pela Promotoria da Justiça de Defesa da Infância e da Juventude – PJIJ – (2006) define que o ato abusivo ocorre tanto com toque físico que se caracteriza por beijos, carícias, penetração com objetos, sexo oral, anal e/ou vaginal, bem como sem nenhum toque físico como, por exemplo: assédio, cantadas obscenas, exibicionismo, voyeurismo e participação em fotos obscenas.

O abuso sexual pode ser extrafamiliar ou intrafamiliar. No abuso sexual extrafamiliar o abusador é alguém que está fora do contexto doméstico, alguém que a criança e o adolescente não conhece ou pouco conhece como: médicos, vizinhos, religiosos ou alguém totalmente desconhecido. O abuso intrafamiliar ocorre quando quem pratica está dentro do contexto doméstico da criança, como cuidadores, pais ou pessoas próximas. O abuso intrafamiliar, hoje, também pode ser nomeado incestuoso, de maneira que envolve membros da família como: avós, padrasto, madrasta, primos, tios ou pessoas que desempenham algum papel parental (PJIJ, 2006, p.04).

2.2. ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR

Cohen e Gobbetti (2016, p 04) definem incesto como relacionamento sexual entre pessoas da mesma família que não sejam cônjuges, e, pessoas que não possuem laços consanguíneos mas exercem função social de parentesco, como já relatado no presente estudo. Para Rouyer (1997, p. 65) o incesto é um “sintoma da disfunção familiar” onde há uma desordem de papéis e de gerações.

Comumente o abuso sexual intrafamiliar acontece sem o uso de violência física e força, pois o agressor utiliza da relação de confiança e lealdade que tem com a criança para obter o que quer, inclusive o seu silêncio. Devido a isso o segredo do abuso pode perdurar por gerações (SANTOS; DELL’AGLIO, 2010; PENSO et al, 2009).

Acredita-se que mesmo que haja algum tipo de consentimento por parte da criança em relação à prática sexual, não é possível legitimá-lo, pois além da assimetria das relações parentais (no caso de abuso sexual intrafamiliar) e da conduta manipuladora do abusador, não

há maturação suficiente por parte da criança que possa configurar essa “aceitação” como uma escolha. Penso et al (2009) descrevem a conduta do ofensor em relação à vítima como manipuladora, e enfatizam que a escolha própria da vítima é impedida por meio de coerção e sedução, visto que o mais forte domina o menor. Dessa forma, no contexto familiar a situação se agrava porquanto o afeto que a vítima pode ter pelo agressor, é usado como via de acesso à mesma.

Um fato preocupante é que há uma crença do senso comum que leva os pais a advertirem seus filhos apenas sobre o cuidado com estranhos, todavia, mundialmente resultados similares entre os estudos contrapõem essa ideia: a prática do abuso sexual é cometida, na maioria das vezes, por pessoas próximas ou da família (COHEN; GOBETTI, 2016, p. 04). Desta forma, pode haver maior confusão na percepção da criança quanto ao abuso sexual intrafamiliar, pois se por um lado ela foi ensinada a não confiar em estranhos, pelo outro disseram que na família tudo é permitido (THOUVENIN, 1997, p.101).

Dados estatísticos e a experiência de alguns profissionais apontam para o pai que abusa da filha como o maior índice de ocorrência. Os registros apresentam ainda a coparticipação, mesmo que indireta ou sem total consciência, de outros membros da família, dentre os familiares se destaca a mãe. Essa coparticipação ajuda a situação de abuso a manter-se velada, “no silêncio e na obscuridade” (PENSO et al, 2009; apud FURNISS, 1993; HABIGZANG & COLS., 2005; RIBEIRO, FERRIANI & REIS, 2004; SANDERSON, 2005; SANTOS, 2007).

Para melhor compreensão sobre família, cabe esclarecer brevemente que sua origem não é biológica, mas social e histórica. Durante anos a família organizou-se como uma estratégia de sobrevivência e reprodução da espécie. O homem era responsável pela caça enquanto a mulher eventualmente caçava e cuidava das crianças. Logo após a descoberta da participação do homem na reprodução humana e a posse de propriedades privadas, foram estabelecidas as famílias monogâmicas para garantia de filhos legítimos. A medida que cresciam as posses, conseqüentemente, as riquezas aumentavam e o homem tomava um lugar mais importante que a mulher na família, uma vez que a mulher era apenas beneficiária do trabalho masculino. Dessa forma a mulher, seu corpo e sua sexualidade passaram então a ser controlados dando início ao processo de dominação do masculino em relação à sociedade, à mulher e aos filhos (ENGELS, 1984).

Dentro da família, há na figura do pai um direito natural sobre a mulher e os filhos. Seu papel além de provedor do sustento também representa a autoridade e a disciplina (NARVAZ & KOLLER, 2006). Azevedo (1993) aponta que “a família é uma instituição

estruturada sobre duas desigualdades básicas: entre gêneros e entre gerações”. A relação de pais e filhos é naturalmente assimétrica, contudo ela se torna abusiva quando os pais ou cuidadores utilizam seus papéis para dominação, exploração ou para satisfazer suas próprias necessidades pessoais (ARAÚJO, 2002).

Compreende-se a conveniência estrutural de estar em família e o presente estudo não tem a intenção reivindicar essa constatação, mas trazer à tona a factual necessidade de compreender que nem sempre a família é o lugar mais saudável e seguro para a criança estar, conforme afirmam Cohen e Gobbetti (2016): “a sociedade ainda tem dificuldade em aceitar o fato de que a família pode ser destrutiva”. Acredita-se que a negação de situações de risco dentro da família impossibilita a atuação para medidas preventivas e protetivas.

2.3. AS VÍTIMAS DO ABUSO

Conforme destacam Pfeiffer e Salvagni (2005) o abuso sexual infantil é considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um dos maiores problemas de saúde pública. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – (1990) considera-se criança a faixa etária de zero a doze anos. As crianças vítimas de incesto são diferentes das vítimas de um agressor externo, uma vez que no caso extrafamiliar a vítima pode amparar-se na família. Já na configuração intrafamiliar a criança é coagida a se calar sobre o abuso, desde o início. Quando emerge a possibilidade de revelar o abuso e quebrar a proteção do segredo, ela acaba por “trair” o acordo familiar, por mais saudável que seja a iniciativa de falar. E, assim, sua vida é atravessada pelas consequências tais como: pai preso, família separada entre outros (VIAUX, 1997, p 123).

Esse tipo de violência é humilhante e pode marcar a vida de uma pessoa brutalmente, visto que não há isenção de pessoas para essa violência. Ela pode acontecer com qualquer criança, de qualquer classe social e de qualquer gênero. Entretanto, as meninas são predominantemente mais vitimizadas em relação aos meninos. Serafim et al (2011, p. 03) expõem que “estudos realizados em diferentes partes do mundo sugerem que, aproximadamente, 7,4% das meninas e 3,3% dos meninos já sofreram algum tipo de abuso sexual”. Cabe aqui também o levantamento dos autores Bouhet, Perard e Zorman (1997, p.36) que em pesquisa alegam que mais de 40% da população feminina já foi vítima de algum tipo de abuso sexual antes de completar oito anos de idade. De igual modo, um levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – (2014), com base nos registros do Sistema de informações de Agravo de Notificação do Ministério da Saúde (SINAN), divulgaram que

89% das vítimas de estupro são do sexo feminino, e, 70% das vítimas são crianças e adolescentes.

A reincidência dos altos índices de abuso sexual contra mulheres e a predominância de abusadores homens não é um fator aleatório, existem causas histórico-culturais que atravessam o referido cenário. Faleiros (2007, p.62) explica que “historicamente os machos estruturaram o poder patriarcal de dominação” sobre o gênero feminino. Entende-se que a violência acontece quando indivíduos não masculinos sofrem por não gozar dos mesmos direitos e, por conseguinte, se encontram num lugar subalterno. A mesma autora destaca a sociedade brasileira como “patriarcal, adultocêntrica, machista, autoritária e desigual” (p.64) de forma que as violências perpetradas contra os grupos que não se enquadram nas classes descritas “não são levadas a sério”.

Penso et al (2009) dissertam que o abuso sexual contra crianças aponta mais para uma afirmação de poder do que por uma pulsão sem controle do adulto. Descreve ainda uma dupla dominação: sobre a mulher e também sobre a criança. Narvaz e Koller (2006) apontam o patriarcado nas relações sociais por dois princípios básicos: “1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens; e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos”. As autoras destacam que o patriarcado não é sobre o poder do pai, mas sobre o poder do masculino sobre a sociedade.

Quanto aos abusadores, Serafim et al (2009, p.106) relatam que apesar de compreender que estão agindo fora da lei “racionalizam seu comportamento” de maneira que se convencem que não estão cometendo crime algum e que sua conduta é compreensível. Drezett et al (2001, p.417) relatam que no contexto familiar o abuso sexual contra crianças e adolescentes, “o pai biológico representa cerca de 30% dos casos; o avô 10%; o padrasto 12%; vizinho 8%; irmão 1%; e tio 4%”.

Azevedo (1993) descreve a violência a caracterizando como um “exercício de opressão-dominação”. Diz ainda que dentro da família encontra-se “ecologia propícia”, ou seja, o espaço de dominação/submissão dos papéis familiares facilitam a imposição da violência. Um ponto importante da relação do patriarcado com o abuso sexual intrafamiliar é o domínio do masculino imposto pelos valores do patriarcado que “legitimou o controle da sexualidade assim como dos corpos e da autonomia feminina; e estabeleceu papéis sexuais e sociais no qual o masculino tem vantagens e prerrogativas” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 50).

Narvaz e Koller (2006) destacam questões sobre essa organização familiar embasada no patriarcado: “Em famílias marcadas por relações de violência, a hierarquia e a obediência

do grupo familiar à figura masculina, característicos das organizações patriarcais, são naturalizados e legitimam diversas formas de abusos masculinos, inclusive os sexuais”.

Um aspecto a ser considerado é que as famílias marcadas pelo abuso sexual carregam geralmente, um histórico de violências. Penso et al (2009, p. 154) relatam sobre a experiência com grupos de pesquisa e apontam as seguintes considerações:

A violência sexual incestuosa não ocorre de repente, ao acaso. Não é espontânea ou imprevisível. Ao contrário, utiliza-se de enredos e cenários gerados nos próprios processos de construção das subjetividades, nas frestas familiares presentes e passadas. As condições e a lógica que a produzem vão sendo tramadas e produzidas arditamente no interior dos sujeitos inseridos nas famílias, muitas vezes de gerações em gerações. Assim, a prática da violência sexual não é improvisada, não é um acidente. Ela se anuncia, vai sendo tecida de diferentes maneiras, utilizando-se de códigos sócio-culturais, sinais de ameaças, mensagens de insegurança, segredos, afetos e jogos psíquicos que, instalados no seio familiar, começam a atuar orquestradamente ao menor descuido.

Paradoxalmente, entende-se o lar como o local de maior representatividade de segurança para a criança. Devido a isso, neste mesmo local é onde há maior vulnerabilidade da mesma, conforme dados da violência sexual já mencionados. Esse é um fator que pode beneficiar o abusador intrafamiliar, visto que esse possui maiores recursos para impor sua vontade.

2.4. CONSEQUÊNCIAS

Como a criança não possui maturação biológica ou psicológica para consentir com uma prática sexual e nem capacidade de compreensão real da situação, ela é colocada em um papel submisso e de fácil manipulação. Lira et al (2017, p. 02) afirmam que a exposição da criança ao abuso, está de maneira “inequívoca associada a prejuízos à longo prazo”. Faleiros (2007, p.64) descreve de forma clara a gravidade da violência sexual, definindo-a como uma forma de violência física e psicológica, “especialmente destruidora e humilhante” e esclarece seu grau de “destrutividade” enfatizando que essa forma de violência é usada para punição e tortura em guerras, prisões, interrogatórios, entre outros.

No contexto familiar, o abuso é uma experiência ainda mais traumática, pois além de afetar o desenvolvimento emocional das crianças gerando prejuízos para seu desenvolvimento psicossocial como um todo, também interfere diretamente no convívio familiar (LIRA et al, 2017, p. 02-05). No referido contexto, há uma confusão de sentimentos por parte da criança uma vez que, a figura daquele que viola sua infância e/ou seu corpo, está travestida de

proteção, apoio e cuidado. Tem-se então um impacto nas relações parentais, uma vez que nas relações incestuosas pode existir elo entre o abusador e a vítima. As consequências podem ser agravadas na medida em que os papéis parentais são afetados. No caso do pai abusador, ele deixa de representar o papel de protetor e as debilidades da mãe tornam-se evidentes com a omissão (ROUYER, 1997, p.64). Evidencia-se então uma reação em cadeia, pois o abuso modifica diretamente a configuração familiar. Quando a situação incestuosa é revelada é possível que se desenvolva um sentimento de culpa por parte da vítima, visto que essa pode ver-se como pivô da separação familiar. Acredita-se ser esse um dos relevantes aspectos para que na maioria dos casos o abuso mantenha-se em segredo.

Além das consequências no contexto familiar, que já se apresentam suficientemente graves e danosas para as vítimas, têm-se ainda danos psíquicos, sociais e físicos. Pfeiffer e Salvagni (2005, p. 198) relatam que “sobreviventes de abuso sexual podem repetir o ciclo de vitimização, perpetrando o abuso sexual intergeracional com seus próprios filhos”.

Sobre as consequências físicas, a Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude (2006) explicitam as seguintes: “lesão em geral, hematomas; lesões genitais; lesões anais; gestação; doenças sexualmente transmissíveis”.

Em estudo realizado em Ontário foram descritas algumas alterações no comportamento de 125 (cento e vinte e cinco) crianças com menos de 6 (seis) anos que foram hospitalizadas por abuso sexual, sendo que 60% se tratava de violência sexual intrafamiliar. Dois terços das crianças apresentaram reações psicossomáticas e “desordens no comportamento: pesadelos, medos e angústia. 18% apresentaram anomalias do comportamento sexual: masturbação excessiva, objetos introduzidos na vagina e no ânus, comportamento de sedução, pedido de estimulação sexual”. Em outra pesquisa realizada no Arizona com crianças também vítimas de abuso sexual, foram encontrados sintomas idênticos aos descrito na primeira pesquisa (ROUYER, 1997, p.62)

Sobre as consequências imediatas, Maia e Willians (2005, apud Barnett, 1997, p. 92) destacam:

As sequelas do abuso e da negligência abrangem grande variedade de domínios do desenvolvimento, incluindo as áreas de cognição, linguagem, desempenho acadêmico e desenvolvimento socioemocional. As crianças maltratadas, geralmente, apresentam déficit em suas habilidades de regular afeto e no comportamento geral.

Royer (1997, p. 62) também descreve algumas reações da criança vítima:

A criança pode reagir com um estado de estresse que se revela pela agitação ou pelo

choque e recuo, uma anestesia afetiva seguida por terror, regressões, manifestações psicossomáticas. [...] O corpo é sentido como profanado: há perda de integridade física, sensações novas foram despertadas mas não integradas, a criança exprime a angústia de algo que se quebrou no interior do seu corpo.

São muitos os prejuízos, mas para além dos descritos existem também os que se manifestam em longo prazo, principalmente na vida adulta e desencadeiam diversas alterações psicológicas e funcionais, entre elas, a depressão, ideias suicidas, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático.

Em estudo, foi avaliada a capacidade de resiliência e autoperdão em mulheres sobreviventes de abuso sexual na infância. Essas “apresentaram níveis de desesperança, capacidade para o autoperdão inferiores e níveis mais elevados de sintomas de estresse pós-traumático”. A experiência abusiva institui um trauma que acompanhará a mulher em seus relacionamentos interpessoais, podendo inclusive trazer danos a sua sexualidade (LIRA et al, 2017, p. 02).

2.5. SILÊNCIO

Existem fatores dentro da relação de abuso sexual intrafamiliar que contribuem para manter a situação abusiva velada. Os autores Habigzang et al (2011, p.467) analisaram alguns aspectos relacionados ao tempo que a vítima leva até conseguir revelar o abuso. A idade que a vítima tinha no início da violência relaciona-se com o tempo que essa levou para a revelação da situação abusiva, ou seja, as crianças mais novas levaram um tempo maior para a revelação. O gênero da vítima não apresentou influência. Já as vítimas de violência sexual intrafamiliar levaram um tempo maior até a revelação, comparadas às vítimas de abuso sexual extrafamiliar. Os mesmos autores dissertam que as consequências negativas da revelação são pesadas pela vítima, tais como os danos à família, ao abusador, a desestruturação familiar e sua responsabilização para tais danos, relatam ainda que esses fatores interferem no tempo que a mesma leva para conseguir revelar o abuso sexual, podendo até mesmo fazê-lo apenas na idade adulta.

Dentro da família o silêncio é mantido como uma espécie de pacto tácito, esse movimento contribui também para que a situação abusiva se prolongue na vida da criança. Considerando a relação de lealdade e confiança que (supostamente) existe no contexto intrafamiliar e a co-participação de outros membros da família no que se refere à omissão do abuso, falar sobre a violência sofrida, ainda que seja a iniciativa mais sadia, também é colocar

em cheque a própria família (THOUVENIN, 1997, p. 91).

Hoje, não são muitos os estudos sobre o silêncio, encontram-se mais publicações relacionadas aos problemas enfrentados na revelação, como os problemas com o jurídico e questões burocráticas durante e após a denúncia. Existem também trabalhos atuais desenvolvidos para que, após a revelação da situação abusiva, no processo de denúncia, profissionais da rede de atendimento tais como profissionais da área de saúde, educadores, assistentes sociais, juristas, e as instituições hospitalares, escolares e jurídicas, possam estar preparados para uma escuta mais humanizada, com o propósito de que as vítimas sejam ouvidas com dignidade, e, principalmente, não sejam revitimizadas. Entende-se a revitimização como uma continuação do sofrimento, uma exposição da vítima de maneira dolorosa e desnecessária ao sofrimento vivido.

Existem sequelas que se agravam com o silêncio. Compreende-se silêncio como o não contato com a elaboração da vivência abusiva, ou seja, a não verbalização do ocorrido e a impossibilidade de pensá-lo. Thouvenin (1997, p. 94) pontua que a ação transgressiva, por sua vez protegida pelo segredo, comporta uma proibição de verbalizar os fatos ou mesmo pensá-los. Essa proibição pode ser como um acordo tácito ou explícito.

Os benefícios da fala são evidentes para o indivíduo, conforme explicam Peres et al (2005, p.132) em estudo sobre as mudanças que ocorrem no cérebro após o desabafo. Os autores explicam que à medida que o indivíduo entra em contato com a memória traumática a percepção do acontecido se modifica, o que ajuda no processo de resiliência e ressignificação. Enfatizam que a verbalização das memórias traumáticas, para a vítima, pode ser âncora no processo para uma qualidade de vida satisfatória, de forma a ultrapassar as dificuldades, melhorar a autoestima, a confiança podendo até mesmo construir uma aprendizagem positiva da experiência.

Entretanto, quando a criança não tem a oportunidade de revelar o que aconteceu à ela, fica fadada a adaptar-se à situação e achar um meio de sobreviver ao abuso com a possibilidade de que as consequências se manifestem mais tarde sob o risco de graves problemas de personalidade (ROYER, 1997, p. 68). Para Thouvenin (1997, p.93) o segredo toma um papel de destaque na vida psíquica da criança vítima, por um longo tempo. A criança pode adaptar-se ao abuso sexual e a todo ambiente parental nocivo. A mesma autora pontua que em uma situação extrema a criança pode abster-se do sofrimento e de sua própria infelicidade, levando-a a uma situação de passividade. Sem a possibilidade de falar sobre o incesto a criança perde a oportunidade de ressignificação da sexualidade, dos papéis familiares, de sua afetividade, entre outros.

A iniciativa da criança de revelar o abuso sexual segundo Habigzang et al (2011, p.468) pode estar ligada primeiramente com a qualidade da relação que a criança tem com a pessoa para quem irá revelar e conseqüentemente com a interpretação que a criança supõe que será feita. Alguns autores pontuam a importância da mãe para revelação e denúncia (SANTOS; AGLIO, 2010, apud BERLINER & CONTE, 1995; FALEIROS, 2003; JONZON; LINDBLAND, 2004, p. 329). Entretanto, a descoberta da mãe sobre o abuso é um processo, que para ela funciona como um quebra cabeças: ela junta fatos, percepções e fragmentos, para então poder compreender a descoberta. Trata-se de um processo interno de aceitação. (SANTOS; AGLIO, 2010; apud PLUMER, 2006, p. 330).

Quando a criança ainda não possui a capacidade de uma elaboração verbal do ocorrido, ela pode externar de outras formas. Rouyer (1997, p.69) retrata que brincadeiras, desenhos e bonecas são maneiras de exteriorizar e elaborar o trauma e é preciso tolerância e compreensão das pessoas próximas para essa forma de expressão. Desse modo é possível achar espaço para falar daquilo que foi feito com ela. A autora disserta que é comum que essas crianças procurem contato erótico e peçam carícias genitais a outros adultos com os quais tem contato. Relata também que essas crianças podem ser vetadas e repreendidas pelo modo de agir impróprio ao invés de uma exploração do motivo real para tal comportamento. Tomkiewicz (1997, p. 83) também relata que as crianças dificilmente revelam o abuso pelo fato de aprenderem que assuntos sexuais são sujos e proibidos. A autora também pontua que estas são tentativas sutis de revelação que podem aparecer como sintomas em desenhos, brincadeiras e na sexualidade aflorada de forma incomum.

Thouvenin (1997; apud AGOSTINI, 1990) relata a fala de uma paciente que se descreveu vivendo “a essa situação limítrofe por meio da petrificação de suas emoções”, comenta ainda que a representação desse sofrimento como uma solidão extrema e uma submissão à lei do silêncio. Gaulejac (2006, p.96) descreve que a vergonha gerada numa relação, visto que enquadra ato abusivo no contexto familiar, pode desaparecer também numa relação, o autor explica que a capacidade de exprimir a vergonha não depende apenas da necessidade de falar, mas da possibilidade de ser escutado e entendido.

3 METODOLOGIA

Para a elaboração desse estudo foi utilizada análise de conteúdo como método qualitativo. Segundo Bardin (1977, p.10) a análise de conteúdo é um instrumento metodológico que visa obter por meio da inferência e da extração investigativa o conteúdo

que se encontra para além do manifesto, ou seja, o conteúdo latente, o não aparente. A análise de conteúdo é uma técnica de análise de comunicações muito utilizada. Vala (1999, p. 101) relata essa como uma técnica empírica e uma das mais usadas nas ciências humanas e sociais.

Seguindo orientação especializada (BARDIN, 1977; CAMPOS, 2004), a análise de conteúdo organiza-se em três fases:

1) A pré-análise é a fase da organização. Nesta é escolhido o documento a ser analisado e realiza-se uma leitura flutuante, obtém-se, então, primeiras impressões com o objetivo de apreender ideias principais e aspectos importantes.

2) A exploração do material caracteriza-se em uma fase longa onde o pesquisador evidencia unidades de análise temáticas que são recortes do material utilizado. Configura-se por um processo dinâmico e indutivo, ora o conteúdo manifesto, ora as significações do que se encontra latente.

3) No tratamento de resultados utiliza-se a inferência e a interpretação, dessa forma é efetivada a categorização que é uma organização de conteúdos por meio de categorias que reúnem características e formam um conjunto. Trata-se de enunciados que dividem os temas e que através da análise exprimem significados e elaborações.

À vista disso, na pré-análise, escolheu-se o material para estudo e realizou-se a leitura flutuante. Conheceu-se o contexto, de forma a permitir a interação do objeto de estudo com o pesquisador a fim de obter indícios para auxiliar a direção deste procedimento.

Na segunda etapa foram elaboradas quatro categorias sendo elas: Algemas, Escuridão, Silêncio e Sobrevivência.

Na terceira foi realizada a organização dos conteúdos por meio das categorias extraídas sob a perspectiva da psicologia social. Dessa forma, cada categoria foi discutida e descrita.

3.1. O FILME JOGO PERIGOSO (*GERALD'S GAME*)

Foi utilizado o filme Jogo Perigoso (*Gerald's Game*), adaptação da obra literária de Stephen King. Sua estréia mundial ocorreu no dia 29 de setembro do ano de 2017. O longa metragem foi dirigido por Mike Flanagan. O filme possui 105 minutos de duração e sua classificação indicativa não é recomendada para menores de 18 (dezoito) anos.

Trata-se da história de uma mulher adulta chamada Jessie (Carla Gugino) que decide passar um final de semana romântico com seu marido Gerald (Bruce Greenwood) numa casa do lago. Próximo ao lugar que escolheram para o fim de semana, o casal encontra um

cachorro, aparentemente sem dono, alimentando-se de um animal na estrada. Jessie mostra-se compadecida e decide alimentá-lo.

Por conta da crise no casamento e seu problema de disfunção erétil, Gerald propõe um jogo erótico à sua esposa e faz uso de pílulas estimulantes. Mesmo hesitante, Jessie decide participar. Visivelmente incomodada, a protagonista interrompe o jogo após seu marido morder com força os seus seios, tampar sua boca, à medida que insistia que Jessie gritasse por socorro.

Ao perceber que o jogo proposto assemelhava-se muito com uma simulação de estupro, a personagem pede que seu marido a solte, mas ele se nega. Em seguida, aparentemente por conta das pílulas estimulantes, Gerald sofre um ataque cardíaco e morre. Jessie fica presa à cama e sozinha. Após gritar por socorro a personagem percebe que está num lugar isolado e que ninguém irá escutá-la. Devido ao cheiro do sangue que vinha da cabeça de Gerard, ferida na queda pela pancada, o cachorro que o casal encontrara na estrada reaparece e se alimenta de partes do corpo do marido de Jessie.

Exausta e com medo, Jessie tem alucinações com seu marido e consigo mesma, figuras com quem a personagem mantém diálogos. Quando escurece, a personagem percebe que algo parece observá-la. Fraca e sem conseguir distinguir a realidade, ela vê um homem muito grande com um baú de *souvenirs*, o qual continha ossos humanos. A figura é nomeada por Jessie como “Homem do Luar”, pois o mesmo aparece apenas durante a noite. Em desespero, a personagem luta por sua sobrevivência à medida que se lembra do abuso sexual sofrido por ela quando era criança.

O abuso sexual foi cometido por seu pai, também numa casa do lago, onde a família foi passar o final de semana com objetivo de observar o eclipse total do sol. Entretanto, sua mãe e irmãos decidiram assistir do barco, enquanto Jessie e seu pai ficam para observarem juntos. O pai de Jessie propõe que assistam numa cadeira de balanço virada para o sol. Ao sentar-se o mesmo alega ter saudade do tempo em que Jessie era mais nova e pede que a mesma sente-se em seu colo “como nos velhos tempos”.

Mesmo hesitante, a menina decide se sentar, por compadecer-se do pai carente. Ao escurecer do Sol, Jessie percebe que enquanto ela observava pelo binóculo, seu pai se masturbava à medida que insistia para a mesma não parar de olhar para o eclipse. Logo após, o pai da protagonista vai até seu quarto e a manipula, fazendo-a acreditar que seria melhor para a mesma nunca contar ou falar sobre o ocorrido. Ao voltar do barco, sua mãe demonstra perceber algo estranho, entretanto, escolhe não falar a respeito.

Ao relembrar de tudo o que lhe ocorreu, a personagem acha meios para sobreviver à

situação em que se encontra. Ela alcança um copo com água, esquecido por seu marido e decide ferir parte de sua mão direita com o vidro de forma que consegue passá-la pelas algemas.

Ao se libertar, a protagonista encontra o Homem do Luar, a quem entrega sua aliança. No carro, depois de percorrer parte do caminho, Jessie desmaia e é encontrada por moradores da região. Após a experiência traumática, e seu processo de lembrar o que lhe acontecera na infância a protagonista decide, com o dinheiro do seguro de vida de seu marido, abrir um instituto de ajuda a crianças que sofreram abuso sexual.

Depois de algum tempo e ainda assombrada pela lembrança do Homem do Luar, Jessie o vê em matéria do jornal percebendo assim que o mesmo era real. Não se tratava de uma alucinação, mas de um necrófilo que possuía síndrome de Marfan. O mesmo matava pessoas, assaltava túmulos e fazia sexo com os cadáveres.

Impressionada por estar viva, Jessie escreve uma carta para si mesma, ou melhor, para sua criança interior, nomeando-se de ratinha (apelido dado pelo pai) e relata que, mesmo com medo, iria até o julgamento do Homem do Luar com o propósito de encará-lo. A referida personagem comparece ao julgamento e ao avistar a figura que a assombrava, Jessie vê, como num vislumbre, a imagem de seu pai e de seu falecido marido. Ao aproximar-se e encará-lo, a protagonista percebe que o Homem do Luar não era tão grande quanto ela se lembrava. O filme termina com Jessie caminhando sob o Sol.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. ALGEMAS

Essa categoria refere-se à questões psicossociais e fatores mantenedores da dinâmica abusiva.

Fala de Jessie: *“Casou-se com um homem mais velho. Seu pai era advogado, Gerard era advogado. Seu pai a diminuía e a tratava como objeto. [...] Você se casou com a única dinâmica que conhecia”*.

Na constatação da própria personagem há uma reprodução de padrões. Falkie e Wagner (2014, p. 26) dissertam sobre a “transgeracionalidade”, termo que nomeia a transmissão geracional de funcionamento familiar. As autoras pontuam a repetição de processos familiares como uma reprise, uma reedição que se configura na passagem de uma

geração para outra. Descrevem que as escolhas que o sujeito faz na vida adulta estão intrinsecamente ligadas às experiências vividas e aprendidas desde a infância, assim como as figuras familiares, que, segundo as referidas autoras, vão sendo gravadas no indivíduo. Penso et al (2009, p. 150) dissertam sobre o mesmo assunto enfatizando a violência familiar. As autoras comparam o processo transgeracional da violência com uma espécie de efeito dominó: trata-se de um jogo de peças enfileiradas e quando uma das peças é derrubada todas as outras caem em seguida, uma sobre a outra. Desse modo, as autoras pontuam que a violência perpetrada por uma geração recai sobre a outra.

Fala de Jessie: *“Ele te colocou nessas algemas muito antes do Gerard.”/ “As algemas dele (pai) era o silêncio, e as dele (seu marido) era o conforto”*

Entende-se que a submissão de Jessie como mulher ao poder masculino e violento de seu marido, está ligada em alguma medida à violência do abuso sexual perpetrado por seu próprio pai. Gaulejac (2006) disserta que o enfraquecimento parental, ou seja, o desmoronamento do papel parental está ligado à ausência de autoconfiança e a dúvida sobre o próprio valor. No caso de Jessie, a figura do pai, que segundo o autor citado representa proteção, segurança e confiança, desmorona quando esse não pode protegê-la de si mesmo, antes foi o autor do mal cometido. Já a figura da mãe, enfraquece quando ela não se opõe à situação mesmo percebendo que havia algo errado. A protagonista sofre uma anulação de seu sofrimento, o que minou sua capacidade de reação, pois não havia quem a protegesse da violência real e simbólica das quais foi objeto. O mesmo autor nomeia tais violências como “golpes psíquicos” que fragilizam e levam a vítima a internalizar uma imagem negativa de si mesma.

Fala de Jessie: *“Eu sinto muito, querido”*

Quando Jessie alucina a figura de seu marido se levantando, a personagem se desculpa mesmo não sendo culpada. Trata-se de uma percepção de si embasada na submissão, e na supervalorização da vontade do outro. Bourdieu (1999, p.08) destaca a sua percepção da submissão feminina como resultante de uma “violência simbólica, violência suave” que é imposta pela dominação masculina. Sant’Anna e Penso (2016, p.01) esclarecem questões sobre a desigualdade de gênero e pontuam que a masculinidade está socialmente ligada ao poder e à violência e que essa lógica impõe as mulheres submissão, inferioridade, dependência, de forma que diminuem suas próprias qualidades e exaltam a de seu companheiro, correspondendo assim à expectativa social.

Diálogo de Jessie e Gerald: *“Jessie: Me solta, vamos conversar. Gerald: E se eu não quiser?”*

O diálogo caracteriza a dominação e a violência relacionadas ao desejo sexual do marido de Jessie. O mesmo encontrava-se com problemas de ereção e sentia-se estimulado pela violência. Bourdieu (1999, p.16,31) analisou morfológicamente e socialmente o simbólico da ereção, que por sua vez, relaciona-se com a honra de “ser homem”. A mesma autora, em seu esclarecimento sobre a dominação masculina, pontua que na relação sexual o desejo masculino é caracterizado como desejo de posse, numa dominação erotizada, onde o feminino é passivo e o masculino ativo.

Fala de Gerald: *“O que é uma mulher afinal? Um suporte de vida para uma boceta”*

A frase acima, dita por Gerald, não é uma ofensa a um indivíduo, é um ataque ao feminino. De forma humilhante o personagem reduz o ser feminino à sua genitália de forma erotizada. A frase reforça a supremacia do masculino e a subordinação do feminino. O feminino aqui não se encontra como humano, mas como um meio para o prazer masculino, sua sexualidade é objetificada e sua existência ilegítimada. Faleiros (2007, p. 62) aponta que o poder patriarcal é exercido duramente e que existem territórios limitados às mulheres que foram estruturados por esse poder. Segundo a autora o gênero feminino é considerado subalterno e inferior e cabem às mulheres as funções de “procriar, alimentar, lavar, socializar, proteger”. Gerard delimita o espaço feminino de forma misógina a função única de dar prazer ao homem.

Entende-se as referidas dinâmicas sociais e culturais como algemas, visto que aprisionam a vítima num padrão pernicioso que remete a normalidade, entretanto, potencializam à reprodução de papéis abusivos e a sujeição a tais papéis..

4.2. ESCURIDÃO

Essa categoria aborda aspectos do abuso em si, à infância escurecida pelo ato abusivo.

Percebe-se que o abuso sexual, no filme apresenta-se de forma clara como também por metáforas, sendo transmitido pelo simbólico. O eclipse representa a vivência abusiva, de forma que assim como o dia se torna noite, e a infância (dia) da personagem fica escurecida pela violação sofrida (escuridão). O escurecer da infância refere-se às severas sequelas do abuso, que se estendem até a vida adulta (LIRA et al, 2017, p.02).

Fala de Gerald: *“Resista o quanto quiser o papai consegue tudo o que quer”*

A frase acima descreve o comportamento do abusador, de forma manipuladora. Moura e Koller (2008, p. 04) dissertam que abusadores sexuais infantis possuem comportamento autocentrado e percebem suas vontades e desejos como superiores as dos

outros. Dessa forma, ofensores sexuais percebem as crianças como menos importantes e também como seres sexuais, uma vez que acontecimentos ambíguos como o abraço de uma criança, são interpretados em coerência com sua percepção abusiva.

Fala de Gerald: *“Mulheres sozinhas no escuro são como portas abertas, se gritarem por socorro, sabe lá quem poderia vir”*

A frase descrita traz de forma metafórica a idéia de permissividade que responsabiliza a vítima. Compreende-se que a porta aberta, representa que é permitida a entrada. Logo, o fato da mulher estar sozinha e no escuro a faz disponível para quem quiser “entrar”, visto que o corpo feminino encontra-se desocupado, acessível para quem quiser habitá-lo. A frase corresponde a uma dura realidade. Em pesquisa realizada pelo Datafolha (2016), no Brasil, os dados apontam que 47% da população masculina, e 34% da população feminina acreditam que “mulheres que se dão o respeito não são estupradas”. Isso significa que 1/3 (um terço) dos cidadãos que participaram da pesquisa acreditam que o estupro é consequência do comportamento da vítima. Entende-se, de acordo com essa lógica que a mulher encontra-se no lugar de presa que deve evitar se expor ao predador. A mesma pesquisa constatou que 85% das mulheres têm medo de sofrer agressão sexual.

Após masturbar-se com sua filha no colo, o pai de Jessie vai até seu quarto e justifica seu comportamento afirmando: “deve ter sido o eclipse”. Moura e Koller (2008, p.04) dissertam sobre a ausência de responsabilização do abusador e de crenças distorcidas que os mesmos possuem. Abordam ainda que alguns ofensores sexuais culpabilizam a vítima deformando o papel de ambos.

Entende-se que a figura do cachorro representa a figura do próprio abusador, os personagens fazem referência nas seguintes frases:

Fala de Jessie: *“Você tinha menstruado um mês antes. Talvez tenha sido isso, ele sentiu o cheiro de sangue e fez o que os cães fazem”*

Fala de Gerald: *“eles sempre farejam carne mais fresca”*

Fala de Jessie: *“Nosso cãozinho ali, é todo tipo de homem que já conheceu. Ele comeu bife de Kobe até farejar o Gerard, seu pai teve sua mãe até você ficar pronta”*

Fala de Jessie: *“um cão precisa comer”*

O cão encontrava-se na mesma casa que a protagonista, dessa forma faz alusão ao contexto familiar. Os autores Serafim et al (2009, p. 106) abordam que abusadores em contexto familiar dificilmente agem sem premeditação, para a maioria dos casos o planejamento se inicia horas, dias ou meses antes da ação. Abordam também que esses “racionalizam seu comportamento, convencendo-se de que não estão cometendo nenhum

crime e de que seu comportamento é aceitável”. Crivillê (1997, p. 134) disserta sobre questões do laço do pai incestuoso e o da filha vítima, definindo esse primeiro como sedutor. O autor discorre sobre a origem da palavra “seduzir”, que advém do latim *se ducere*, significando etimologicamente “chamar à parte”, mas também pode ser compreendida como “trazer para si”. Sendo assim, o autor adverte ao risco da reincidência o qual afirma ser um perigo tão forte quanto o retorno inevitável do desejo de reincidir.

Acredita-se que o Homem do Luar representa a lembrança que a persegue, e parece ser difícil de ser encarada. Moura e Koller (2008, p. 05) descrevem que, muitas vezes, por mais que existam outras situações do cotidiano e outras experiências vividas, como do caso da personagem Jessie, algumas questões parecem girar em torno da situação abusiva.

4.3. SILÊNCIO

A categoria silêncio agrupa conteúdos relacionados às dificuldades como a de reconhecer o abuso sexual como tal, as questões que impedem a vítima de entrar em contato com a vivência abusiva de forma que a verbalização e até mesmo o pensar no ocorrido são impedidos.

Falas de Jessie: *“Tudo isso é você: problemas, pânico, negação esperando que se não olhar pro lado eles vão desaparecer magicamente. Se você não acordar, vai morrer com essas algemas. E nós duas sabemos que você é sonâmbula desde os onze anos.*

– *Agora não!*

– *Se não agora, quando?”*

O diálogo descrito acima acontece quando a personagem começa a entrar em contato a violência sofrida em sua infância. Ela faz analogia entre o tempo que não pode entrar em contato com o trauma vivido e o estado de sonambulismo, como se durante esse tempo de silêncio ela estivesse dormindo. Entende-se que a mesma estava adormecida em sua dor e trauma, sem poder acessá-los.

Gaulejac (2006, p. 97) pontua que vítimas desse tipo de violência ficam divididas entre a impossibilidade e a necessidade de falar a respeito e quando chegam a dizer “evocam um sentimento de vergonha que as invade”. O mesmo autor comenta que embora se espere vergonha do lado dos “carrascos”, ela é encontrada, especialmente do lado das vítimas. A vergonha relaciona-se com o silêncio, visto que a primeira caracteriza-se num dilaceramento interno que internaliza a violência, fazendo com que o indivíduo se adapte a situação abusiva.

Fala de Gerald: *“Se tiver um monstro em baixo da sua cama, ele não vai incomodar se*

estiver dormindo”

A expressão *monstro* remete à idéia de algo aterrorizante escondido. Thouvenin (1997, p. 101) argumenta que o segredo reporta uma realidade aterrorizante para a criança, de uma situação que só acontece quando ela encontra-se sozinha com o adulto que abusa dela e isso não deve ser compartilhado com ninguém. Novamente a expressão de estar dormindo, aparece. A personagem aqui faz alusão a uma petrificação de suas emoções. A mesma autora abordada acima disserta que em famílias incestuosas é comum essa comunicação não verbal. Desse modo, a criança compreende de forma implícita a imposição do silêncio.

Fala de Jessie: *“A mamãe teria morrido antes de encarar isso”*

Além do abuso em si, a personagem teve que lidar com a negligência da mãe. Lira et al (2017, p. 05) pontuam que muitas mães sentem dificuldade de denunciar quando o abusador é o pai ou o padrasto. Essas mães, por vezes, podem até tentar encontrar uma justificativa no comportamento da criança e do adolescente para dividir a culpa. Os referidos autores discorrem que para essas mães denunciar o companheiro é uma demonstração de fracasso como mãe e como mulher.

Fala de Jessie: *“O que ele fez comigo naquele balanço não foi a pior coisa que já fizeram. Não! A pior ele fez depois, no quarto:*

Fala do pai de Jessie: – *Sinto muito você estar lá enquanto eu... [...] Talvez devêssemos contar para a mamãe, acho que devemos não acha? Eu odeio isso, porque as coisas andam bem tensas entre vocês. Entre nós também, com o bebê e tudo mais. Mas isso, isso pode piorar muito as coisas. Ela não vai culpar você. Tenho certeza. Quase certeza, pode ser que culpe. Mas nós sabemos que não é culpa sua. Preciso contar porque você não sabe guardar segredo, se não contarmos pra ela hoje, você não poderá contar pra ninguém nunca. Mas você pode ficar tentada daqui há dois anos, ou dez anos, pode ficar tentada com amigas, uma delas conta um segredo e talvez você queira contar, ou pro seu irmão ou à sua irmã. Pode chegar uma hora que você queira contar... Acho que seja melhor pra nós dois contarmos a verdade. Por favor. Mas como eu nunca consegui te negar nada que você quisesse muito. Está bem Jesse, vamos tentar do seu jeito. Temos um acordo, eu não digo nada e você não diz nada pra ninguém, nem pra nós mesmos, nós saímos desse quarto e aquilo nunca aconteceu. -Tudo bem!”*

O pai da personagem era advogado, e usou de toda sua persuasão para convencê-la que o melhor para ela era o silêncio. A configuração de violência contra crianças é de caráter injusto, contudo entende-se que violência contra crianças no contexto familiar a deixa sem refúgio. Não houve proteção no seio da família e ela encontrou-se vulnerável ao que foi feito

dela. Gaulejac (2006, p.54) aponta que a criança é fundada narcisicamente na família, à vista disso, compreende-se que as crianças expostas à violência psicológica que as leva a silenciar-se, a não reagir, as ferem brutalmente em seu desenvolvimento, na sua capacidade de se opor ao que lhe ofende, ao que a viola.

4.4. SOBREVIVÊNCIA

Refere-se ao enfrentamento da vivência abusiva, do acesso à dor e à capacidade de ressignificação e resiliência.

Fala de Jessie: *“Suporte de vida”*

A personagem agarra-se ao início da frase misógina dita por seu marido, de forma que a usa para sua sobrevivência ressignificando-a. Suporte significa, de acordo com Figueiredo (1913, p.1911), “aquilo que suporta ou sustenta qualquer coisa, aquilo em que alguma coisa assenta, ou se firma”. Desta forma, a protagonista compreende ser ela mesma o apoio para própria vida, vez que acha recursos em sua memória e sua dor para manter-se, alcançando resiliência em tal situação.

Em pesquisa realizada por Lira et al (2017, p. 06) foi identificada em todas as participantes adultas e vítimas de abuso sexual na infância, uma “vontade de continuar a viver”. As autoras explicam e concluem tal resultado definindo-o como uma “potência subterrânea existente, algo a ser transformado em energia para transcender os prejuízos advindos do abuso sexual”. Trata-se então não somente de resistir a condição adversa, mas de adaptar-se de maneira a fortalecer-se frente à ela (LINDONSTRÖM, 2001; MOURA; KOLLER, 2017).

Fala de Jessie: *“Eu não quero que se desculpe, quero que você se lembre. Você teve o necessário para sobreviver desde o começo, você só tem que se lembrar”*

No diálogo de Jessie consigo mesma, o seu eu criança a orienta a lembrar-se, como um mecanismo para conseguir sair da situação na qual se encontra. A sobrevivência aqui não aparece como uma oportunidade de sair ileso da situação, mas de conseguir ressignificar o ocorrido, sendo que o primeiro passo para tal seria o enfrentamento. O romper do silêncio aqui torna-se artifício de superação e resiliência. Junqueira e Deslandes (2002, p. 02) descrevem a resiliência não como uma capacidade de superação que tornaria o indivíduo o que era antes da adversidade, mas como uma “construção de novos caminhos de vida e de um processo de subjetivação a partir do enfrentamento de situações estressantes e/ou traumáticas”.

Fala de Jessie: *“Eu me lembro de cada momento, Eu me lembro de cada olhar obscuro que ele me deu. Lembro da mamãe olhando sem enxergar, porque enxergar significaria que minha irmãzinha também estaria condenada à deixar aquele filho da puta roubar sua infância. [...] Então, dependia de mim proteger a Maddie. Mesmo sabendo que eu nunca mais me sentiria parte da família de novo. Esse não era o meu trabalho, meu trabalho era ser uma criança, de repente, não podia mais”*.

Após lembrar e expor o que sentia desde sua infância, Jessie esclarece que nunca mais se sentiria parte da família. Outra cena que representa esse processo é quando a referida personagem decide cortar sua mão direita de forma que a conseguisse tirá-la das algemas. Arrancar parte de si, aqui, pode ligar-se à dissociação familiar e, conseqüentemente, ao acesso à dor que a lembrança traumática traz.

Lira et al (2017, p. 06) apontam que na relação mãe e filha pode haver um possível desgaste de forma a resultar num distanciamento. Contudo, acredita-se na possibilidade de reorganização familiar, e na capacidade resiliente do núcleo. Para além das questões de possível dissociação familiar, vários autores abordam a importância da ruptura de laço da criança com o abusador incestuoso, mesmo se esse for o pai da criança. (CRIVILLÊ, 1997; SAUBORIN, 1997; PENSO et al, 2009).

Fala de Jessie: *“Precisamos que o Sol reapareça, depois de tanto tempo, acho que merecemos o Sol”*

O Sol aparece aqui como uma possibilidade de reconstrução da própria vida. Entende-se o Sol como a capacidade de ver as coisas como são. Compreende-se que ainda que a visibilidade comporte lembranças dolorosas, para a personagem, o acesso aos fatos, com clareza, trouxe uma melhor compreensão de si, a empoderou de maneira que pode enfrentar seus medos, trouxe novamente a dignidade de vê-se por completo. De acordo com Lindonström (2001,p. 134) a resiliência relaciona-se tanto com aspectos individuais como o contexto social do indivíduo, dessa forma os fatores que influenciam a capacidade dessa superação não são somente ao que diz respeito a subjetividade mas ao seu contexto e sua rede de apoio. Jessie passou a contar sua história na instituição que criara com o objetivo de auxiliar pessoas que viveram situações semelhantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi uma tentativa de contribuir para uma melhor compreensão dos processos que atravessam o silêncio da vítima abusada sexualmente dentro do contexto familiar, visto que o silêncio apresentou-se como uma forma de revitimização, prolongando o sofrimento e até mesmo o próprio abuso. Percebeu-se a imposição do silêncio como uma forma de proteção ao ato abusivo agravando esse doloroso processo de tal maneira que a não permissão do sentir, pensar e expressar o abuso sexual violenta a vítima novamente.

Constatou-se que existem fatores sociais que permeiam o abuso tais como o patriarcado e a transgeracionalidade e até mesmo questões de gênero. A investigação dos prejuízos no contexto familiar mostrou que os papéis parentais e o afeto deformado pela violência também afeta a criança, podendo até mesmo confundi-la, o que pode dificultar a percepção do abuso como tal. Quanto aos fatores individuais notou-se que esses transpõem a violação do próprio corpo e alcançam o indivíduo como um todo, influenciando a forma de ver-se, de desenvolver-se, relacionar-se, de sua percepção da configuração familiar e sua saúde mental. Dessa forma, a violência abusiva repercute ao longo da vida da criança vítima, podendo afetar inclusive sua vida adulta, principalmente no que diz respeito à sexualidade e a construção de papéis familiares, sendo que os danos podem também alcançar a geração posterior de forma transgeracional.

Para atenuação dos danos à criança, compreende-se não só a necessidade da elaboração da vivência abusiva, de maneira a romper com o silêncio, mas também da possibilidade de ser ouvida e compreendida. Dessa forma, a superação da vivência abusiva mostrou-se não como uma possibilidade de sair ileso, mas como possibilidade de buscar um novo caminho a partir do enfrentamento (JUNQUEIRA; DESLANDES, 2002, p. 02).

Aos profissionais que lidam com crianças cabe a atenção aos sinais que podem ser emitidos pelas mesmas, numa tentativa, ainda que não totalmente desperta, de revelação, de comunicação do problema.

Apesar de o filme analisado ser, obviamente, um retrato ficcional, ele aborda questões que abarcam a realidade. Entende-se a análise a partir de filmes, como um acesso ao lúdico, uma possibilidade de trazer ao visual a vivência outrora silenciada. A representatividade cinematográfica do longa metragem escolhido para o estudo, no que se refere à experiência do abuso em si, as consequências, e o rompimento do silêncio, pode despertar um possível acesso à dor não trabalhada. Oliveira, Santos e Borges (2013, p. 179) pontuam a importância das representações midiáticas. Representações essas, que podem funcionar como um aspecto

norteador na reconstrução de identidades, possibilitando novas configurações de si, de forma a repensar “o certo e o errado, o melhor e o pior, o normal e o desviante”.

Ainda que não haja muitos trabalhos específicos sobre o silenciamento do abuso sexual e suas implicações, os autores revisados contribuíram para fatores que atravessam o presente tema, tais como, a dinâmica familiar, processo de revelação e denúncia e conseqüências. As experiências em grupos de pesquisa e estudos de caso, relatados pelos mesmos, ampliaram a compreensão dessa dolorosa vivência, sustentando a presente reflexão inclusive em conteúdos extraídos do filme. A vista disso, pretende-se futuros estudos, mais maturados no que diz respeito ao silêncio do abuso e suas implicações.

5 REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**. 2002. vol. 7, n. 2, p. 3-11, dez, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722002000200002>. Acesso em: 13 mai. 2018.
- AZEVEDO, M. A. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: problemas teóricos de pesquisa no Brasil. **Temas Psicol.** 1993. vol. 1, n. 3, p. 127 – 135. dez. 1993. Disponível em:< http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1993000300016>. Acesso em: 13 mai. 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 1977
- BOUHET, B.; PERARD, D.; ZORMAN, M. Da importância dos abusos sexuais na França. In: GABEL, Marceline. **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus,1997. p. 29 – 42.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 160 p.
- BORGES, J. L.; DELL’AGLIO, D.D. Relações entre abuso sexual na infância, transtorno de estresse pós traumático (TEP) e prejuízos cognitivos. **Psicologia em Estudo**. 2008. vol. 13, n. 2, p. 371 – 379. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n2/a20v13n2.pdf>>. Acesso em: 02 mai 2018
- LIRA, M. O. S. C. et al. **Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta**. Texto contexto enferm. Bahia, v. 26, n. 3, p. 1-8,2017. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/tce/v26n3/0104-0707-tce-26-03-e0080016.pdf>>. Acesso em: 10 abr 2018.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL; Ministério dos Direitos Humanos.2016. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/sdh/noticias/2015/maio/disque-100-quatro-mil-denuncias-de->

violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-foram-registradas-no-primeiro-trimestre-de-2015>. Acesso em: 10 abr 2018.

CAMPOS, C. J.G. Métodos de análise de conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev. Bras Eferm.** 2004. p. 611 – 614. out. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>>. Acesso em: 15 mai 2018.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo S. C. Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde. **IPEA.** 2014. n. 11, p. 1-30, mar. 2014. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/21/estupro-no-brasil-uma-radiografia-segundo-os-dados-da-saude->>. Acesso em: 15 mai 2018.

COHEN, C.; GOBBETTI, G. J. O incesto: O abuso sexual intrafamiliar. **Retrieved.** 2016. p. 1 – 12. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/43680978/54d4b9540cf25013d029ce00.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1528396459&Signature=yhim2IG9sO7vzcV%2FUd6QSD%2BSA0Q%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3D3_PUBLICATIONS_4_CITATIONS.pdf.>. Acesso em: 10 mai 2018.

CORDEIRO, F. A. Aprendendo a prevenir: orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes. Brasília: **Promotoria da Justiça de Defesa da infância e da Juventude.** 2006. 16 p.

CRIVILLÊ, Albert. Nem muito nem pouco, exatamente o necessário. In: GABEL, Marceline. **Crianças vítimas de abuso sexual.** São Paulo: Summus,1997. p. 132 - 143.

DATAFOLHA. A percepção sobre violência sexual e atendimento a mulheres vítimas nas instituições policiais. **Instituto de Pesquisa Datafolha.** A polícia precisa falar sobre estupro. p. 1 – 22, set. 2016.

DREZETT, J. et al. Estudo de mecanismos e fatores relacionados com abuso sexual em crianças e adolescentes do sexo feminino. **Jornal de Pediatria.** vol. 77, n. 5, p. 413 – 419. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/jped/v77n5/v77n5a13.pdf>>. Acesso em:18 maio. 2018.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FALCKE, Denise; WAGNER, Adriana. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. In: WAGNER, Adriana. **Como se Perpetua a Família?** A transmissão dos modelos familiares. Porto Alegre: Edipucrs, 2014. p. 25 – 65.

FALEIROS, Eva. Violência de gênero. In: Stella R. Taquette. Violência contra mulher adolescente /jovem. Rio de Janeiro: EdUERJ , 2007. p. 61 – 65.

FIGUEREDO, Candido. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 1913. Disponível em: <<http://dicionario-aberto.net/dict.pdf>>. Acesso em: 01 jun 2018. ,1997. p. 164 -171.

GABEL, Marceline. Algumas observações preliminares. In: GABEL, Marceline. **Crianças**

vítimas de abuso sexual. São Paulo: Summus, 1997. p. 9-13.

GAULEJAC, Vincent. Um “meta sentimento”. In _____. **As origens da vergonha.** São Paulo: Via Lettera. 2006. p. 53-61.

GAULEJAC, Vincent. As violências extremas. Um “meta sentimento”. In _____. **As origens da vergonha.** São Paulo: Via Lettera. 2006. p. 97-102.

HABIGZANG, L. F. et al. A revelação do abuso sexual: as medidas adotadas pela rede de apoio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa.** 2011. vol. 27, n. 4, p. 467 – 473, dez. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010237722011000400010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 28 mai 2018.

JUNQUEIRA, M. F. P. S.; DESLANDES, S. F. Resiliência e maus-tratos à criança. **Cadernos de Saúde Pública.** 2003. vol. 19, n. 1, p. 1 – 18. Fev. 2003. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/%0D/jped/v77n5/v77n5a13.pdf>>. Acesso em: 01 jun 2018.

LIRA, M. O. S. C. et al. **Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta.**

Texto contexto enferm. Bahia, v. 26, n. 3, p. 1-8, 2017. Disponível

em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v26n3/0104-0707-tce-26-03-e0080016.pdf>>. Acesso em: 10 abr 2018.

LINDSTRÖM, B. **O significado de resiliência.** Revista Adolescência Latino-Americana,

2001:133-137. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd26/fulltexts/0800.pdf>>.

Acesso em: 01 jun 2018.

MAIA, J. M. D.; WILLIAMS, L. C. A. Fatores de risco e fatores de proteção ao

desenvolvimento infantil: uma revisão da área. **Temas em Psicologia.** 2005. vol.13, n. 2, p. 91 -103, dez. 2005. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2005000200002>.

Acesso em: 29 mai 2018.

MOURA, A. S.; KOLLER, S. H. A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: um estudo sobre distorções cognitivas. **PsicoUSF.** 2008. vol. 13, n. 1, p. 85 – 94, jun. 2008.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusf/v13n1/v13n1a11.pdf>>. Acesso em: 01 jun 2018.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à

subversão criativa. **Psicologia & Sociedade.** 2006. vol. 18, n. 1, p, abr. 2006. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a07v18n1.pdf>>. Acesso em: 13 mai 2018.

OLIVEIRA, E.; SANTOS, R. P.; BORGES, R. S. Identidades e representações nos sistemas midiáticos (in)formativos: a charge e a construção da imagem do outro. **Rumores.** 2013. vol. 7, n. 14, p. 177 – 195, abr. 2013. Disponível em:

<<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285049>>. Acesso em: 12 jun 2018

PENSO, M. A. et al. Abuso sexual intrafamiliar na perspectiva das relações conjugais e familiares. **Aletheia.** 2009. n. 30, p. 142 – 157. dez. 2009. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942009000200012>.

Acesso em: 10 mai 2018.

PERES, J. F. P.; MERCANTE, J. P. P.; NASELLO, A. G. Promovendo resiliência em vítimas de trauma psicológico. **Rev. Psiquiatr.** 2005.vol. 27, n. 2, p. 131 – 138, mai. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0101-81082005000200003&pid=S0101-81082005000200003&pdf_path=rprs/v27n2/v27n2a03.pdf&lang=pt> . Acesso em: 30 mai 2018.

PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria.** 2005. vol. 81, n. 5, p. 197 – 204, nov. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722002000200002>. Acesso em : 13 mai. 2018.

ROUYER, Michèle. Crianças vítimas: consequências a curto e médio prazo. In: GABEL, Marceline. **Crianças vítimas de abuso sexual.** São Paulo: Summus,1997. p. 62-71.

SANT' ANNA, C. T.; PENSO, M. A. A transmissão geracional da violência na relação conjugal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa.** 2016. vol.33, n. 1, p. 1- 11. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v33/0102-3772-ptp-33-e33427.pdf>>. Acesso em: 01 jun 2018.

SANTOS, S. S.; DELL' AGLIO, D. D. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. **Psicologia & Sociedade.** 2010. vol. 22, n. 2, p. 328 – 335, mai. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n2/13.pdf>>. Acesso em: 22 mai 2018.

SAUBORIN, Pierre. Por que a terapia familiar em face do incesto?. In: GABEL, Marceline. **Crianças vítimas de abuso sexual.** São Paulo: Summus. p. 164 – 173.

SERAFIM, A. P. et al. Dados demográficos, psicológicos e comportamentais de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. **Revista de Psiquiatria Clínica.** 2011. vol. 39, n. 04, p. 143 – 147. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rpc/v38n4/a06v38n4.pdf>>. Acesso em: 20 mai 2018.

SERAFIM, A. P. et al.; Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. **Revista de psiquiatria clínica.** 2009. vol. 36, n. 3, p. 101 – 111, mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832009000300004>. Acesso em: 24 mai 2018.

THOUVENIN, Christiane. A palavra da criança: do íntimo ao social. In: GABEL, Marceline. **Crianças vítimas de abuso sexual.** São Paulo: Summus,1997. p. 91-102

TOMKIEWICZ, Stanislaw. Violências e abusos sexuais em instituições para criança e adolescentes. In: GABEL, Marceline. **Crianças vítimas de abuso sexual.** São Paulo: Summus,1997. p. 82-90.

VALLA, Jorge. A análise de conteúdo. In: PINTO, J. M.; SILVA, A. S. **Metodologias das ciências sociais.** Belo Horizonte: Edições Afrontamento, 1999. p. 101-128.

VIAUX, Jean – Luc. A perícia psicológica das crianças vítimas de abusos sexuais. In:

GABEL, Marceline. **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997. p. 91-102. p. 121-131.